



## **ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

### **PORTARIA Nº 570-COJAER, DE 05 DE AGOSTO DE 1985.**

Aprova as Instruções Padronizadas para a  
Prisão em Flagrante delito no âmbito da  
Aeronáutica.

**O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA**, usando das atribuições que  
lhe confere o artigo 85, II, da Constituição Federal, e considerando a necessidade de dar estrito  
cumprimento ao que determina a lei, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Padronizadas para a Prisão em Flagrante delito, que  
com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Octávio Júlio Moreira Lima  
Ministro da Aeronáutica

# INSTRUÇÕES PARA A PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

## CAPÍTULO I Introdução

### Da Prisão durante IPM, Prisão Preventiva e Prisão em Flagrante

Art. 1º O Código de Processo Penal Militar prevê três tipos de Prisão: Prisão durante o IPM, Prisão Preventiva e Prisão em Flagrante.

Art. 2º Sobre a Prisão durante o IPM, o Art. 18 do CPPM estabelece que o Encarregado do IPM poderá prender o indiciado, durante as investigações, entendendo-se que a expressão usada pelo Código indica que essa prisão não é obrigatória, mesmo porque a condição de indiciado não traz como consequência obrigatória seu recolhimento ao xadrez.

§ 1º O Encarregado do IPM deverá determinar a prisão do indiciado quando assim exigir a disciplina militar, quando se tratar de indivíduo perigoso, sem residência fixa, vadio ou que estiver dificultando a apuração dos fatos ou coagindo testemunhas.

§ 2º O artigo 18 do CPPM estabelece que a prisão provisória, determinada pelo Encarregado do IPM, não poderá ultrapassar 30 dias, mas, se houver necessidade da manutenção do indiciado preso, essa prisão poderá ser prorrogada por mais 20 dias, pelas autoridades mencionadas no referido artigo 18.

§ 3º A prorrogação deverá ser solicitada pelo Encarregado do IPM, antes do término dos 30 dias, embora passe a vigorar a partir do 31º dia de prisão.

§ 4ª Se ainda for necessária a prisão por tempo superior a 50 dias, o Encarregado deverá representar ao Juiz Auditor, antes do término desse período, a fim de ser decretada a prisão preventiva.

Art. 3º A prisão preventiva é decretada pelo Juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do encarregado do JPM.

§ 1º Nos termos dos arts. 254 e 255 do CPPM, somente será decretada a prisão preventiva, quando ocorrerem os dois requisitos abaixo, em conjunto:

I - prova de fato delituoso;

II - indícios suficientes de autoria.

§ 2º Além das duas exigências previstas no parágrafo anterior, insta seja atendido qualquer um dos requisitos seguintes:

1 - garantia da ordem pública;

2 - conveniência da instrução criminal;

3 - periculosidade do indiciado;

4 - segurança da aplicação da lei penal;

5 - exigência da disciplina militar.

§ 3º Sem os requisitos dos itens I e II, não poderá ser decretada a prisão preventiva.

Art. 4º A Prisão em Flagrante ocorre quando o crime está sendo cometido, quando alguém está perpetrando um delito.

Parágrafo único. As presentes instruções visam, apenas, esclarecer sobre como proceder no caso da Prisão em Flagrante.

## CAPÍTULO II Disposições Gerais

### SEÇÃO I O que é Flagrante delito

Art. 5º Considera-se em flagrante delito aquele que:

I - estiver cometendo o crime;

II - acabar de cometê-lo;

III - for perseguido logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor;

IV - for encontrado, logo depois do fato com instrumentos, objetos, materiais ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.

§ 1º Nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

§ 2º A infração permanente é o oposto ao crime instantâneo, em que a atividade delituosa prolonga-se no tempo.

### SEÇÃO II Do dever do militar de efetuar a prisão em flagrante delito

Art. 6º Os militares deverão prender:

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá, também, efetuar a prisão nos casos dos números I e II.

Art. 7º Quando o fato delituoso for praticado na presença da autoridade ou contra ela, no exercício de suas funções, deverá ela própria prender e autuar em flagrante o infrator, mencionando a circunstância no respectivo auto (Art. 249, do CPPM).

§ 1º Constitui dever da autoridade providenciar a prisão de quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

§ 2º Para que a autoridade autue em flagrante é recomendável que haja testemunhas da infração ou do flagrante.

§ 3º Qualquer pessoa poderá ser testemunha.

Art. 8º Não impedirá a prisão em flagrante o fato de ter o indiciado agido em estado de necessidade, legítima defesa, no estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito.

Parágrafo único. Somente a autoridade judiciária poderá conceder a liberdade ao preso em flagrante delito, nessas condições.

Art. 9º Se o crime atribuído à pessoa presa em flagrante delito for dos que deixam vestígios, deverá a autoridade providenciar no sentido de serem formalizados os necessários exames periciais, tudo sem prejuízo da indispensável observância do prazo previsto para a remessado auto ao juízo competente.

Art. 10. Quando o preso for encaminhado à prisão não subordinada à autoridade que presidiu a lavratura do auto, será apresentado por Ofício, contendo em anexo cópia de auto de prisão em flagrante. O recebimento do preso constará de recibo passado pela autoridade que o receber.

Art. 11. Antes de recolher o acusado à prisão, verificará a autoridade se o mesmo tem ou não direito à prisão especial.

Parágrafo único. A prisão como medida cautelar de natureza pessoal, importa restrição da liberdade e obedecerá ao disposto nos arts. 239 a 242 do CPPM.

### SEÇÃO III

#### Da captura do indiciado

Art. 12. A captura se faz pela simples voz de prisão.

Art. 13. A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias relativas à inviolabilidade de domicílio.

Art. 14. Se o acusado refugiar-se em sua própria casa, será intimado a entregar-se; se estiver em casa alheia, a intimação se dirigirá ao morador.

Art. 15. Compreende-se no termo "casa" o escritório, o consultório, a oficina, enfim, qualquer lugar destinado a negócio, e bem assim qualquer aposento ocupado de habitação coletiva.

Parágrafo único. Não se compreende na expressão "casa" a hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, salvo o aposento ocupado de forma permanente.

Art. 16. Se o morador não atender, imediatamente, à intimação para entregar o acusado, o executor deverá convocar duas testemunhas para presenciarem a execução dos atos subsequentes:

a) sendo de dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se necessário.

b) de noite, fará nova intimação ao morador, em não sendo atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável.

Logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

Art. 17. O morador que se recusar a entregar o acusado oculto em sua casa será levado à presença da autoridade, para que contra ele se proceda como de direito.

Art. 18. Poderá ser usada a força adequada para vencer a resistência ou evitar a fuga do capturando.

Art. 19. Ainda que o tempo decorrido entre o crime e a prisão seja prolongado e o local afastado, legítimo é o flagrante, se a perseguição foi contínua e o agente for alcançado em situação que faça presumir a sua participação no fato criminoso.

Parágrafo único. Não se pode considerar em flagrante delito a pessoa presa sem que estivesse sendo perseguida, ainda que acusada de um crime ocorrido horas antes, ressalvadas a situação prevista no art. 5º, inciso IV.

### CAPÍTULO III

#### Do procedimento posterior à captura do Indiciado na prisão em flagrante delito

#### SEÇÃO I

##### Da apresentação do preso, à autoridade

Art. 20. Aquele que efetuar a prisão em flagrante delito, apresentará o preso:

I - ao Comandante ou Oficial de Dia, de serviço ou de quarto, ou autoridade correspondente;

II - às autoridades previstas nos diversos incisos do Art. 7º do CPPM, conforme as respectivas jurisdições;

III - ao Juiz de Menores, no caso de menor Inimputável.

§ 1º Fica ressalvado o caso previsto no Art. 7º.

§ 2º Quando a prisão em flagrante efetuar-se em lugar não sujeito à administração militar, dar-se-á a apresentação à autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorreu a prisão (Art. 250 do CPPM).

§ 3º Poderá ser feita a apresentação à autoridade judiciária ou policial civil quando:

- a) não houver autoridade militar no local ou nas imediações;
- b) não for militar o crime;
- c) for o agente menor inimputável.

Art. 21. Qualquer das autoridades mencionadas nos itens I e II do artigo anterior, a que for apresentado o preso, deverá:

I - ouvir o condutor e as testemunhas que o acompanharem, assim como o indiciado sobre a imputação que lhe é feita, o lugar e a hora em que o fato aconteceu;

II - lavrar ou mandar lavrar auto circunstanciado da ocorrência e depoimentos;

III - ouvir o menor inimputável, no caso de concurso de pessoas, mediante termo de testemunha informante sem prestar compromisso legal, antes de encaminhá-lo ao Juiz de Menores (artigo 20, item III);

IV - colher a assinatura do condutor, das testemunhas, do indiciado e do escrivão que lavrar o auto, e por fim, assinar o referido auto.

## SEÇÃO II

### Da lavratura do auto de prisão em flagrante delito

Art. 22. Auto de prisão em flagrante delito é o documento em que são relatados os atos ocorridos durante a captura do indiciado e a sua apresentação a autoridade.

Art. 23. A inquisição do condutor, do conduzido e das testemunhas é o meio de que se vale a autoridade para deliberar se resultam ou não fundadas as suspeitas contra o acusado, suficientes ao seu recolhimento, à prisão.

Art. 24. O auto de flagrante deve se referir ao fato ou à prisão, e aos acontecimentos subseqüentes, até o momento de sua lavratura.

Art. 25. No caso da prisão manifestadamente ilegal, o conduzido será imediatamente solto, após a lavratura do auto que poderá ser utilizado para apuração de responsabilidade de quem efetuou a prisão ilegal.

Art. 26. Após ser lavrado o auto de prisão em flagrante, a autoridade deverá providenciar a remoção do preso para local onde correr o processo, na hipótese de ser mantida a prisão.

## SEÇÃO III

### Dos depoimentos

Art. 27. A autoridade ouve, em primeiro lugar, quem efetuou a prisão, a seguir, prestam declarações o ofendido e as demais testemunhas.

Art. 28. Ouvidas as testemunhas, a autoridade interroga o acusado, perguntando, no final, se o mesmo já foi preso ou processado.

Parágrafo único. Cada depoente, com exceção do indiciado e do ofendido, deve firmar compromisso de dizer a verdade, constando esta situação de forma expressa na parte inicial do depoimento.

Art. 29. Deve a autoridade providenciar no sentido de que as testemunhas não ouçam o depoimento uma das outras, bem assim que não manifestem opiniões pessoais.

Art. 30. A figura do condutor não se confunde com a das demais testemunhas no caso em que também ele seja testemunha da infração.

## SEÇÃO IV

### Do conteúdo do auto

Art. 31. Constarão obrigatoriamente do auto de prisão em flagrante delito:

- a - data;
- b - lugar;
- c - designação da autoridade;
- d - assinaturas;
- e - qualificação do condutor, do conduzido e do ofendido, e das testemunhas; e
- f - declaração de cada um deles.

Parágrafo único. Deverá o auto fazer menção ao dia e hora em que foi lavrado, às buscas e apreensões, bem como à descrição das coisas apreendidas.

Art. 32. O auto de prisão em flagrante delito deve ser assinado por pelo menos duas testemunhas que hajam presenciado a apresentação do preso à autoridade.

Art. 33. Assinarão, obrigatoriamente o auto de prisão em flagrante delito:

- a - a autoridade que preside a autuação;
- b - o escrivão que o redige;
- c - o condutor;
- d - o conduzido;
- e - o ofendido;
- f - as testemunhas.

Parágrafo único. Quando o indiciado se recusar a assinar o auto ou não puder fazê-lo, o mesmo será assinado por duas testemunhas que hajam ouvido a leitura, na presença do indiciado, do condutor e das demais testemunhas. Referidas testemunhas se destinam a certificar que o acusado se recusou ou não estava em condições de assinar o auto de prisão em flagrante delito.

Art. 34. Deverá a autoridade fazer referência ao estado de ânimo do conduzido, à atitude do condutor e das testemunhas e à reação despertada pelo crime.

## SEÇÃO V

### Da Designação do Escrivão

Art. 35. Para exercer a função de escrivão, deverá ser designado um Capitão, 1º ou 2º Tenente, se o acusado for Oficial; nos demais casos, poderão ser designados um Suboficial ou Sargento.

Art. 36. Não existindo no local os militares referidos no artigo anterior, poderá ser designada, como escrivão, qualquer pessoa idônea, que prestará o compromisso de bem servir, com lealdade e isenção.

## SEÇÃO VI

### Quando o Indiciado for Menor

Art. 37. Considera-se menor toda pessoa que não atingiu a idade de 21 anos, portanto, é menor quem tem, até 21 anos menos um dia.

§ 1º Apesar do exposto neste artigo, aquele que tiver completado 18 anos é penalmente responsável, embora a lei estabeleça certos privilégios para o criminoso menor de 21 anos.

§ 2º O art. 51 do CPM dispõe que são equiparados aos maiores de 18 anos, embora não tenham atingido essa idade, os militares, os convocados e os alunos de colégios ou outros estabelecimentos de ensino sob direção e disciplina militares que já tenham completado 17 anos.

§ 3º Fora das hipóteses previstas no mencionado Art. 51 do CPM, os menores de 18 anos são inimputáveis e devem ser encaminhados ao Juiz de Menores com os documentos que se referem ao menor.

§ 4º Cabe ao juízo militar decidir se esse “revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento” (Art. 50 do CPM).

§ 5º Se o menor de 21 anos for ouvido como indiciado, a autoridade que presidir o Auto de Prisão em Flagrante deverá nomear curador que assistirá o depoimento do início ao fim, assinando o respectivo termo.

§ 6º Na impossibilidade de se nomear advogado legalmente habilitado, poder-se-á indicar curador qualquer pessoa, que assistirá a integral lavratura do auto de prisão em flagrante, assinando-o após o indiciado.

Art. 38. O menor de 18 anos que for preso em companhia de acusados, será convidado a prestar declarações como testemunha informante, desobrigado do compromisso legal. O concurso de pessoas na prática do ilícito, assim como a negativa em depor deverão ser mencionados pela autoridade que presidir o auto prisão em flagrante no relatório a que se refere o Art. 27 do CPPM.

## SEÇÃO VII

### Do recolhimento à prisão,

Art. 39. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante delito, deve a autoridade:

a - recolher o conduzido à prisão, se estiver certa ou mesmo se houver suspeita de que a infração existiu e foi por ele praticada;

b - relaxar a prisão, se se convencer de que não houve a infração, ou que dela não participou o conduzido..

Art. 40. Será também solto o conduzido que assim deva defender-se nos termos da lei (Art. 270 do CPPM).

Art. 41. No caso de prisão ou soltura do conduzido, o fato deverá ser comunicado, imediatamente, à autoridade judiciária.

## SEÇÃO VIII

### Da Nota de Culpa



Art. 42. Nota de culpa é o documento expedido com a finalidade de impedir que alguém seja mantido em prisão na ignorância da causa de sua responsabilidade criminal.

Art. 43. São requisitos da Nota de Culpa:

- a - assinatura da autoridade competente;
- b - nomes do acusador e das testemunhas;
- c - motivo da prisão.

Art. 44. É de 24 (vinte e quatro) horas a contar da captura o prazo de entrega da Nota de Culpa.

Art. 45. Ao entregar ao preso a Nota de Culpa será exigido do mesmo que passe o respectivo recibo. Em caso de recusa, o fato será certificado com a assinatura de duas testemunhas.

Art. 46. Não é obrigatória, na Nota de Culpa, a classificação do delito.

#### SEÇÃO IX Da Forma do Auto

Art. 47. O Auto de Prisão em Flagrante Delito será datilografado em espaço dois. Durante a lavratura de um termo, quando o escrivão constatar algum erro, deverá escrever a palavra "digo", e repetir a última palavra correta, e continuar o texto. O termo não deve conter rasuras ou ser corrigido por meios que apaguem a palavra escrita errada ou incorreta.

Art. 48. As datas, mencionadas no texto de todos os termos e laudos deverão ser escritas por extenso.

Art. 49. Todas as folhas serão numeradas, com algarismos arábicos, no canto superior à direita e em ordem crescente a partir do termo de apresentação e rubricadas pelo escrivão, logo abaixo dessa numeração.

Art. 50. Nada se escreverá entre o termo de "juntada" e os documentos juntados.

Art. 51. As perguntas formuladas ao depoente deverão ser transcritas antes das respectivas respostas. Em se tratando de crimes contra a honra, quais sejam injúria, calúnia ou desobediência, insubordinação, transcrever literalmente as palavras consideradas ofensivas, ainda que obscenas.

Art. 52. Todas as folhas referentes aos depoimentos serão devidamente rubricadas pelas pessoas que tomaram parte nos autos de formulação das inquirições, inclusive a autoridade que presidiu o flagrante, ofendido e o acusado.

Art. 53. O depoimento ou inquirição do mudo, do surdo ou do surdo-mudo será feito pela forma seguinte:

- a - ao surdo, serão apresentadas por escrito as perguntas, que deverão ser respondidas por ele, oralmente;
- b - ao mudo, as perguntas serão feitas oralmente, respondendo-as ele, por escrito;

c - ao surdo-mudo, as perguntas serão formuladas por escrito, e por escrito, dará ele as respostas:

§ 1º Caso o declarante ou inquirido não saiba ler ou escrever, intervirá, no ato, como intérprete, pessoa habilitada a entendê-lo.

§ 2º O intérprete devidamente nomeado prestará o compromisso de bem e fielmente desempenhar a função.

Art. 54. O cego e o analfabeto deporão sempre na presença de duas testemunhas que assinarão os autos comprovando ser o texto idêntico ao declarado e os depoentes, neste caso, firmarão o documento pela impressão digital.

Art. 55. Deverão ser anexados aos autos os assentamentos do militar, quando acusado. Sendo servidor, deverão ser anexados, além dos assentamentos, os antecedentes penais e, sendo civil estranho aos quadros de funcionários, deverão ser juntados apenas os antecedentes penais.

Parágrafo único. Na impossibilidade de juntar os elementos referidos neste artigo, dentro do prazo de remessa do auto de prisão em flagrante, a autoridade deverá remetê-los, posteriormente, ao Juízo a que coube conhecer daquele.

Art. 56. A autoridade que presidir o auto de prisão em flagrante delito, ao concluí-lo fará breve relatório, com o resumo dos fatos e circunstâncias referidas no art. 34.

## SEÇÃO X

### Da Eventual Perícia Técnica

Art. 57. A autoridade que presidir a lavratura do auto de prisão em flagrante delito poderá ser necessário:

I - Requisitar das autoridades as diligências e exames que se fizerem necessários para o esclarecimento do fato;

II - Designar peritos, entre os elementos lotados na área e que possuam conhecimentos técnicos compatíveis com os exames.

Art. 58. Na designação dos peritos deverão ser considerados os casos de "suspeição" e "impedimento", previstos na legislação.

Art. 59. Quando de um ato criminoso resultar danos à pessoa ou materiais, deverá ser efetuada a correspondente avaliação desses danos e lavrado o "Laudo de Avaliação", o qual será firmado por dois peritos designados.

Parágrafo único. Cabe à autoridade que presidir o auto de prisão em flagrante alertar o indiciado acerca da possibilidade de reparação do dano conforme disposto nos arts 240, parágrafo 2º, 250, 253, 254, parágrafo único e 230, parágrafo único, todos do CPM.

Art. 60. Quando do ato criminoso resultar morte, deverá ser anexada ao auto Certidão de óbito e, logo que possível, ser remetido ao juiz auditor os termos do exame de necropsia ou do exame cadavérico, se já realizados.

Art. 61. Deverão compor os autos a ficha de indiciado referente ao preso.

Art. 62. Na ficha de indiciado, são dispensadas a fotografia de perfil e as impressões digitais, sempre que o preso tenha sido identificado pelos serviços militares respectivos ou pelos órgãos identificadores estaduais, e não tenham surgido dúvidas quanto à sua identidade.

Art. 63. Caso, necessário, os autos poderão ser complementados com outras peças.

## SEÇÃO XI

### Remessa do Auto de Prisão em Flagrante Delito

Art. 64. Após a conclusão, o auto de prisão em flagrante delito, será enfileirado em uma capa e remetido ao Juiz Auditor da competente Circunscrição Judiciária, mediante Ofício do Comandante, Diretor ou Chefe da OM, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a lavratura do Auto da Prisão em Flagrante, se necessárias outras diligências; caso contrário, o envio deverá ser imediato, logo após o encerramento da peça inquisitória.

Art. 65. Cópias do Auto de prisão em Flagrante serão remetidas aos seguintes órgãos:

a - Organização a que estiver subordinada administrativamente a Unidade onde foi procedida a prisão em flagrante;

b - COMAR em cuja área de jurisdição haja ocorrido o delito, mesmo que a OM não lhe esteja subordinada;

c - OM dos indiciados e dos atendidos, quando for o caso, e ao COMAR em cujo território estejam situadas essas Organizações;

d - Diretoria de Administração do, Pessoal; e

e - Centro de Informações da Aeronáutica.

## SEÇÃO XII

### Do Sigilo e dos Prazos

Art. 66. O auto de prisão em flagrante delito é sigiloso. Será classificado, no mínimo, como Confidencial, quando envolver Oficial como indiciado.

Art. 67. A autoridade que presidir a formalização do flagrante poderá permitir vistas dos autos ao advogado do indiciado ou ofendido, na sua presença.

Art. 68. O auto de prisão em flagrante deve ser remetido, imediatamente, em expediente com tramitação urgente, à Autoridade Judiciária da área onde ocorreu a prisão, por meio de ofício. Havendo necessidade de diligência de qualquer natureza, a remessa será feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas (art. 64).

Parágrafo único. Em qualquer caso, a prisão será comunicada de imediato à autoridade judiciária, com a identificação do preso e o local onde se encontra custodiado, bem como se está ou não incomunicável.

## SEÇÃO XIII,

### Das Comunicações

Art. 69. Ao ser efetuada a prisão em flagrante de qualquer pessoa, civil ou militar, deve o fato ser comunicado via Mensagem Administrativa, e observado o grau de sigilo, às autoridades mencionadas no art. 65.

Art. 70. Quando a prisão em flagrante envolver Oficial-General, a mensagem mencionada no artigo 69 deve ter como endereços de informações o Ministro da Aeronáutica, o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e o Comando-Geral a que esteja subordinado.

Art. 71. A prisão ou detenção, de militar de outra Força Armada ou Auxiliar será imediatamente comunicada, também, à autoridade a que o preso ou detido estiver subordinado, indicando-se o local onde se encontra preso. Tão logo seja concluída a lavratura do auto de prisão em flagrante delito serão tomadas as providências quanto à apresentação do preso à sua OM ou a OM mais próxima da Força que pertença, juntando-se cópia do Auto de Prisão em Flagrante delito.

Art. 72. A revogação ou relaxamento da prisão deverá ser imediatamente comunicada às mesmas autoridades a que foram endereçadas a mensagem inicial e à Autoridade Judiciária da Circunscrição Militar, informando a data e hora da soltura.

Art. 73. Em se tratando de militar de outra Corporação ou OM da Aeronáutica, ao ser revogada a sua prisão será apresentada ao seu Comandante, devidamente escoltado e por meio de Ofício.

Art. 74. A transferência de prisão ou local de custódia deverá ser imediatamente comunicada ao COMAR em cuja jurisdição encontra-se o detido, às Autoridades Judiciárias competentes e ao seu Comandante, quando se tratar de pessoal não subordinado militarmente a quem determinou a transferência. Esta comunicação informará o local para onde foi transferido o preso.

Art. 75. Somente após, autorizado pela Auditoria da Circunscrição Judiciária onde ocorrer a prisão, poderá o preso ser transferido para área de outra jurisdição.

Art. 76. Devem ser observados os formulários em anexo.

## AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Aos ..... dias do mês de ....., de 19..... às ..... horas, nesta cidade de ..... no Quartel do ..... (ou outro local) ..... perante o ..... (posto e nome) ..... (Comandante de ..... Oficial de Dia, Oficial de Serviço, Oficial de Quarto, etc.), comigo ..... (posto ou graduação e nome) ..... nomeado Escrivão para este ato (se for civil “nomeado Escrivão para este ato e prestado o compromisso legal”), aí presente o condutor ..... (posto ou graduação e nome, se civil: nome e qualificação) ..... inquirido pela autoridade militar, disse que ..... (descrever tudo o que foi declarado pelo condutor, com indicação precisa do local, dia e hora do delito, suas circunstâncias, o nome da vítima, se for o caso, e tudo o que o condutor achar importante narrar, se apreendeu alguma arma especificar, e, finalmente, as circunstâncias como o indiciado foi preso e a declaração expressa de que foi dada voz de prisão) ..... E mais não disse nem lhe foi perguntado. Em seguida (se houver testemunha da prisão); presente a primeira testemunha ..... (nome e qualificação e residência ou posto, nome e local onde serve se militar) ..... sabendo ler e escrever, a qual sob compromisso legal, prometeu dizer a verdade, e, sendo inquirida disse que: ..... (segue o que for perguntado e respondido) da testemunha, E mais não disse. Em seguida, presente a segunda ..... (nome, qualificação e residência, ou posto, nome e local onde serve se for militar) sabendo ler e escrever a qual sob compromisso, etc. E mais não disse, Em seguida, presente a terceira testemunha (e assim por diante, até ouvir todas as testemunhas). Em seguida, presente ofendido (se estiver presente) que declarou chamar-se ..... (nome, qualificação e residência, ou posto e local onde serve, se for militar) ..... sabendo ler e escrever o qual disse que ..... (segue-se o que for perguntado e respondido) ..... E mais não disse. Em seguida, presente o indiciado que declarou chamar-se ..... (nome, qualificação e residência, ou posto ou graduação, nome e local onde serve, se for militar) ....., sabendo ler e escrever (se for menor: e por ser menor foi nomeado curador o ..... (posto e nome, se for civil: nome qualificação, residência) ..... que aceitou e prestou o compromisso legal), interrogado pela autoridade militar disse que ..... (segue-se o que foi perguntado e declarado pelo indiciado) ..... Nada mais disse nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade militar encerrar o auto de prisão em flagrante, o que depois de lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade que presidiu o ato, pelas testemunhas, (se não houver testemunha do delito e sim da lavratura do flagrante, essas testemunhas não prestarão depoimento, constando nesta parte do flagrante o seguinte: pelas testemunhas ..... (nomes e qualificações) ..... que assistiram a lavratura deste auto), o indiciado, (pelo Curador se houver) e por mim, Escrivão que o datilografei.

.....  
(Nome, Posto, Função)  
Autoridade

.....  
Testemunha

.....  
Testemunha

.....  
Ofendido

.....  
Indiciado

.....  
Curador (se houver)

.....  
(Nome, Posto ou Graduação)  
Escrivão

## NOTA DE CULPA

..... (nome, posto e função), ..... faz saber a  
..... (nome do preso) que se encontra preso em flagrante, à disposição da Justiça Militar pelo  
delito (expor minuciosamente o motivo da prisão) ....., sendo condutor (nome)  
..... e testemunhas ....., (nome) ....., e  
(nome) ..... E para sua ciência, mandou passar a presente, que vai assinada por  
ele. Eu ..... (nome, posto ou graduação) .....,  
servindo de Escrivão, o escrevi.

(local) ....., ..... de ..... de 19.....

.....  
Autoridade que lavrou o auto de prisão em flagrante  
(Nome, Posto e Função)

.....  
(Nome, Posto e Função)  
Escrivão

Recebi o original da nota de culpa.

Em ..... de ..... de 19.....

.....  
(Assinatura do preso)

OBS: Se houver mais de um preso, serão preparadas tantas notas de culpa quantas forem as pessoas presas. Caso seja possível preparar uma só nota de culpa para todos, cada um receberá uma cópia, ficando original nos autos com recibo assinados por todos.

## REMESSA

(Cidade) ....., de ..... de 19 .....,

Do ..... (posto e nome)..... CMT do  
..... (Oficial de dia, de Quarto, de Serviço, etc.).

Ao Exmo Sr Dr Juiz Auditor da ..... Circunscrição Judiciária Militar

Assunto: Auto de Prisão em Flagrante (encaminha)

Remeto a V Exa o Auto de Prisão em Flagrante, lavrado contra .....  
(posto ou graduação, nome) .....

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa meus protestos de elevada estima e  
consideração.

.....  
(Nome, Posto ou função)